



Recebido em 27/8/2025
Aceito em 10/12/2025
DOI: 10.26512/emtempos.v25i47.59148

ARTIGO

A hidra vermelha e a luta dos livros: a guerra pela memória e os legados de uma percepção conspiratória da redemocratização brasileira

The red hydra and the fight for books: the war for memory and the legacies of a conspiratorial perception of Brazilian redemocratization

Alexandre Siqueira Lima

Doutorando em História na Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0009-0005-7173-4479>

RESUMO: O artigo analisa a percepção de militares vinculados aos serviços de informação e repressão da ditadura militar brasileira acerca do processo de redemocratização, compreendido por eles como uma continuidade da chamada “guerra revolucionária” por outros meios. A partir de uma análise qualitativa do livro ‘A Hidra Vermelha’ e de documentos do Centro de Informações do Exército, investiga-se como essas narrativas buscaram disputar a memória do período ditatorial e interpretar a transição democrática como uma tentativa de tomada de poder pelo comunismo. Argumenta-se que tais leituras constituem um tipo de teoria da conspiração ou mitologia política, marcada pela redução da complexidade histórica, pela construção de bodes expiatórios e por uma compreensão distorcida das relações de poder. Ao final, sustenta-se que essa percepção militar da redemocratização legou uma leitura conspiratória, ressentida e fantasiosa da chamada Nova República, cujos efeitos se projetam no debate político contemporâneo, especialmente na difusão do discurso do “marxismo cultural” e do negacionismo da ditadura.

PALAVRAS-CHAVE: Redemocratização. Teoria da Conspiração. Anticomunismo.

ABSTRACT: The article analyzes the perceptions of military personnel linked to the intelligence and repression services of the Brazilian military dictatorship regarding the process of redemocratization, which they understood as a continuation of the so-called “revolutionary war” by other means. Based on a qualitative analysis of the book ‘The Red Hydra’ and documents from the Army Information Center, the study examines how these narratives sought to dispute the memory of the dictatorial period and to interpret the democratic transition as an attempt by communism to seize power. It argues that such readings constitute a type of conspiracy theory

or political mythology, marked by the reduction of historical complexity, the construction of scapegoats, and a distorted understanding of power relations. Finally, the article maintains that this military perception of redemocratization bequeathed a conspiratorial, resentful, and fanciful reading of the so-called New Republic, the effects of which extend into contemporary political debate, particularly through the dissemination of the discourse of “cultural Marxism” and the denial of the dictatorship.

KEYWORDS: Redemocratization. Conspiracy Theory. Anti-communism.

Introdução

A redemocratização brasileira não foi apenas um processo institucional de transição do regime autoritário para um regime formalmente democrático, mas também um campo de disputas simbólicas e políticas em torno da interpretação do passado recente. Desde o final da década de 1970, diferentes atores sociais passaram a disputar a memória da ditadura militar (1964–1985), produzindo narrativas que buscavam atribuir sentidos específicos à repressão, à resistência e à própria transição política. Nesse contexto, as memórias de ex-militantes de esquerda, as denúncias de violações de direitos humanos e a emergência de estudos acadêmicos críticos ao regime passaram a tensionar a imagem construída pelas Forças Armadas sobre sua atuação durante o período autoritário.

Como reação a esse processo, setores militares — especialmente aqueles ligados aos serviços de informação e repressão — passaram a produzir narrativas próprias sobre o passado recente e sobre a abertura política, interpretando a redemocratização não como resultado de pressões sociais, negociações políticas e transformações estruturais, mas como parte de uma estratégia dissimulada de tomada de poder pelas esquerdas. Essas leituras se articularam em torno da ideia de que o comunismo, derrotado militarmente, teria migrado para formas “não armadas” de luta, infiltrando-se na cultura, na política e nas instituições democráticas.

Nesse sentido, o problema que orienta este artigo pode ser colocado da seguinte forma: de que maneira a percepção militar da redemocratização brasileira, formulada por agentes dos serviços de informação e repressão, produziu narrativas conspiratórias sobre a transição democrática e quais foram os legados dessas narrativas para a memória da ditadura e para a política brasileira contemporânea? O objetivo principal do artigo é então analisar a construção dessa percepção conspiratória da redemocratização brasileira.

Primeiramente contextualizaremos a disputa política pela memória da ditadura, para em seguida fazer uma breve análise e exposição do livro ‘A Hidra Vermelha’ (Azambuja, 1985), obra pouco explorada pela historiografia, mas pioneira na formulação dessa narrativa, identificando elementos conspiracionistas presentes em sua argumentação para enfim discutir os legados desse discurso, especialmente sua influência em leituras posteriores sobre o “gramscismo”, o “marxismo cultural” e o negacionismo da ditadura. Supostamente escrito por um “historiador”, como colocado em sinopses do livro pela internet, em realidade o livro é de autoria de um ex-membro do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA).

Do ponto de vista metodológico, o artigo realiza uma análise qualitativa de discurso, articulando a leitura de fontes primárias — livros e documentos produzidos por militares — com a bibliografia historiográfica sobre ditadura, memória política, negacionismos e teorias da conspiração. As narrativas analisadas são compreendidas como produções ideológicas situadas, que respondem a conflitos políticos concretos e buscam mobilizar afetos, identidades e posições no espaço público. O artigo busca contribuir para a historiografia da ditadura e da redemocratização ao identificar continuidades discursivas entre o pensamento autoritário do período militar e certas leituras conspiratórias que ganharam força no Brasil nas últimas décadas.

Negacionismo, memória e ditadura militar

O termo negacionismo foi originalmente utilizado para se referir a grupos e pessoas que negavam a existência de câmaras de gás e o extermínio em massa de judeus durante o regime nazista, ou seja, a toda uma geração de falsificadores do passado que após a II Guerra Mundial buscou isentar os alemães de suas responsabilidades pelo extermínio de milhões, desenvolvendo com isso um *modus operandi* que seria assimilado por aliados da extrema-direita de diferentes países e negacionistas de gerações posteriores. Com o tempo, o termo passou a ser pensado mais amplamente enquanto negacionismo histórico: um conjunto de falas, práticas e representações que visa legitimar determinadas leituras de passados sensíveis relacionados a violências, extermínios e dominação dos mais vulneráveis (Avelar, Bevernage, Valim, 2021).

Leituras de passados que visam negar, omitir, distorcer, em suma, falsificar o passado num intuito evasivo de lidar com reconhecimentos e responsabilidades, através daquilo que Paul Ricoeur chamou de memória manipulada: “pode-se

sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela” (Ricoeur, 2007, p. 455). Não por acaso Avelar, Bevernage e Valim (2021), apontam para a relação ambígua entre o negacionismo contemporâneo e a ascensão de uma agenda internacional ligada a políticas de reconhecimento, comissões da verdade e o princípio jurídico do “direito à verdade”, num processo iniciado ainda na década de 1980. A negação histórica, fenômeno múltiplo e transnacional, seria então uma reação a essa agenda de “enfrentamento do passado”, onde no Brasil suas mais frequentes marcas se relacionam aos passados sensíveis da ditadura militar, da escravidão e os genocídios das comunidades indígenas e negras (Avelar, Bevernage, Valim, 2021).

No tocante a ditadura militar, há uma unanimidade entre autores em pontuar a instauração da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014) como ponto de inflexão para o tensionamento desse passado sensível e do conflito de diferentes comunidades de memória (Pereira, 2015; Meneses, 2021; Joffily, Ramalho, 2024). Não por acaso é comum entre as diferentes comunidades a utilização da metáfora do conflito, da batalha ou guerra pela memória: “Desde 1964, diversas batalhas de memória sobre o Golpe Civil-Militar de 1964 e, posteriormente, sobre a Ditadura Militar brasileira (1964-1985) foram travadas” (Pereira, 2015, p. 864).

A “reescrita” da História

A “guerra” pela memória entre militares e opositores da Ditadura Militar (1964-1985) começou ainda em meio a distensão política encabeçada pelo governo Geisel (1974-1979) com o lançamento do livro ‘Em câmara lenta’ de Renato Tapajos, publicado em 1977 pela Alfa-Omega. Apesar do ato corajoso do autor render-lhe sua prisão, uma vez que testava na prática os limites da política de distensão, sua rápida libertação refletia os novos tempos e um relativo abrandamento da censura. Em abril de 1979, antes da Lei de Anistia de 28 de agosto de 1979, o livro foi permitido e teve uma segunda edição lançada (Filho, 2002, p. 183).

Segundo João Roberto Martins Filho (2002, p. 179), durante a primeira leva de memórias revolucionárias a esquerda continuou a luta contra a ditadura pelos livros, com a publicização de memórias da resistência ao regime militar e a denúncia das violências e violações de direitos perpetradas pelos agentes repressivos. Enquanto ex-militantes se esforçavam por lembrar, já que não esquecer e narrar significava resistir, os militares, principalmente aqueles que

tiveram responsabilidades institucionais, insistiam no esquecimento e em “virar a página” em prol da conciliação nacional e da preservação da imagem de suas corporações.

A partir da Lei de Anistia e o começo do retorno de exilados ao Brasil, houve uma ampliação dos relatos e publicização de memórias por exemplo com os livros ‘O que é isso companheiro?’ de Fernando Gabeira (1979) e ‘Os carbonários’ de Alfredo Sirkis (1981). A essas e outras produções fundamentadas na recordação de militantes se juntaram obras de caráter mais historiográfico, ainda que escritas por ex-militantes, como é o caso do livro de Jacob Gorender ‘Combate nas trevas’ (1987). Teses acadêmicas, reportagens, peças de teatro, entrevistas, dentre outras produções, com o tempo vão compor a memória da esquerda, corroborando as narrativas e testemunhos que traziam denúncias de violências e violações dos agentes repressivos (Filho, 2002, p. 181).

A publicização dessas memórias foi caracterizada desde o começo pelos militares como “revanchista e inoportuna”. Para eles, a esquerda depois de derrotada nas armas esforçava-se por vencer na “batalha das letras”, construindo uma narrativa própria dos acontecimentos de 1968-1975. A partir da Lei de Anistia esse argumento ganhou um caráter aparentemente um pouco mais formal pois qualquer iniciativa de lembrar a violência cometida não só contra a resistência armada ao regime militar representava uma suposta violação do princípio da Anistia, entendida como esquecimento mútuo em prol da reconciliação (Filho, 2002, p. 180).

Com o renascer dos movimentos sociais e da reorganização da sociedade civil, após a Lei de Anistia a distensão foi se consolidando num projeto de “abertura controlada” em direção a uma “transição democrática”. Naquele momento, os militares tinham como suas duas principais preocupações: em primeiro lugar, a contenção da influência de grupos políticos mais à esquerda no processo político; e em segundo, impedir a apuração das violações de direitos e violências praticadas por agentes repressivos e qualquer possível responsabilização, o que era denominado por eles de “revanchismo” (Napolitano, 2014, p. 253-254).

Nesse sentido, o documento ‘Apreciação S/N-A1’ (CIE, 1984 apud Brandão; Leite, 2012, p. 306)¹ é revelador dessa preocupação não só com as

¹ Classificada como “Confidencial”, a Apreciação S/N-A1 (1984) teve uma pequena circulação interna dentro do CIE. Tive acesso a ele através do artigo de Priscila Carlos Brandão e Isabel Cristina Leite (2012, p. 306), que reproduziram uma imagem digitalizada do documento, bem como trechos de entrevista concedida às autoras pelo analista do CIE identificado como N2 e F. Dumont ao longo do texto.

possíveis responsabilizações, mas com a memória da ditadura e a imagem da corporação militar. Segundo seu autor, “é no campo da História, particularmente a que envolve recentes fatos da subversão no BRASIL, que os comunistas estão agressivamente atuando” e estariam “a deturpar os fatos, distorcer as notícias e dar significados diferentes aos fatos históricos” (CIE, 1984, apud Brandão; Leite, 2012, p. 306).

Dezenas de livros são publicados. Entrevistas são concedidas a jornais e revistas. Os terroristas de ontem estão sendo, hoje, glorificados, ganhando nomes de ruas, praças e avenidas. Nas assembleias legislativas, os LAMARCAS são escritos como patriotas e defensores do povo. Seus nomes designam os diretórios acadêmicos, as publicações estudantis e os organismos populares.

Enquanto isso, aqueles que lutaram e deram o sangue contra a subversão são esquecidos. Seus filhos nunca viram um ato de reconhecimento pelo sacrifício do país. E pior: constantemente veem seus nomes tachados de sádicos torturadores, opressores e reacionários (CIE, 1984, apud Brandão; Leite, 2012, p. 306).

O analista se questionava sobre “o que pensa o nosso público interno, particularmente os jovens oficiais e praças?”. Se viam na Guerrilha do Araguaia um capítulo vitorioso e conheciam os “sacrifícios” do enfrentamento armado ou se simplesmente repetiam que “nada mais fomos do que ‘radicais de direita’, ‘corruptos’, e ‘agentes do imperialismo ianque?’”. E mais: “observando o descaso a que foram relegados os nossos combatentes, se for necessário algum dia pegarão em armas contra uma possível futura Luta Armada?” (CIE, 1984, apud Brandão; Leite, 2012, p. 306).

Concluía que os “comunistas, derrotados, estão reescrevendo a história da subversão. Os antigos terroristas estão se tornando os heróis de hoje” (CIE, 1984, apud Brandão; Leite, 2012, p. 306). Segundo seu diagnóstico:

Há que se fazer a História, Nós [sic], vencedores, temos que escrevê-la. Nossas vítimas têm que ser os heróis. Temos que reverenciá-los e homenagear suas famílias.

Os terroristas têm que ser mostrados como delinquentes, e como clandestinos.

Os exemplos, positivos e negativos, têm que ser dados às novas gerações (CIE, 1984, apud Brandão; Leite, 2012, p. 306).

Como sugestão, a apreciação propunha um projeto que previa realizar pesquisas e entrevistas, escrever casos, livros, quadrinhos, ilustrações e slides, divulgando-os em “aulas e outros meios” homenageando também “nossos mortos, com a presença de familiares” (CIE, 1984, apud Brandão; Leite, 2012, p. 306). Para o analista, o problema seria que os “vencedores” não estariam escrevendo a “História”, que estaria sendo “reescrita” pelos vencidos.

Segundo Marcelo Godoy (2024b)², Romeu Antônio Ferreira³ era o analista autor da Apreciação s/nº de 27 de março de 1984, assinada por mais 13 colegas da seção de informações do Centro de Informações do Exército onde trabalhava como analista desde o ano anterior. Ferreira era então um tenente-coronel quando havia sido convidado a ingressar no CIE em 1983, formado também em filosofia, ele dizia ser um profundo conhecedor dos discursos hegeliano e marxista e teria sido considerado um “especialista em esquerdas” do Brasil naquele período. Prestando atenção no lançamento de livros que abordavam a violência empreendida pela ditadura, ele interpretou tais discursos e narrativas como uma nova “tentativa de tomada do poder” (Brandão; Leite, 2012, p. 307):

Isso aqui deve ter ficado como um germen na cabeça de algumas pessoas. Quando chegou em 1985, quando o coronel Agnelo Del Nero assumiu a Seção de Análise do CIE, eu mostrei isso aqui [a Apreciação] para ele. Não sei se ele já tinha vindo com essa ideia ou não, ele assumiu isso aqui, para fazer um livro (Brandão; Leite, 2012, p. 308).

No ano de 1985, no começo da Nova República, o relatório da Comissão de Justiça e Paz era publicado e divulgado na forma do livro ‘Brasil: nunca mais’ (Arquidiocese de São Paulo, 1985). A partir de cópias da documentação de processos do Superior Tribunal Militar, o livro discorre sobre os mecanismos da repressão no Brasil e evidenciava naquele momento a tortura praticada contra presos da ditadura. Causando grande impacto na opinião pública (Napolitano, 2014, p. 291), tornou-se rapidamente um dos livros mais vendidos no país (Brandão; Leite, 2012, p. 316).

Ele foi o ápice dessa primeira fase da guerra pela memória⁴ e vai se transformar em uma das principais referências para a reação militar contra a memória crítica do período da Ditadura Militar (Filho, 2002, p. 187). Apesar da preocupação com a memória do período já existir entre os militares, vai ser a partir da publicação do livro ‘Brasil: nunca mais’ que um projeto foi autorizado e executado ao longo de três anos. Em 1985 a ‘Apreciação S/N-A1’ teria sido encaminhada pelo chefe do CIE ao então ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, dando início ao Projeto Orvil, em que “Romeu foi um dos dois redatores principais” (Godoy, 2024b).

2 A utilização desta e de outra reportagem jornalística do Estado de São Paulo é feita ao longo do artigo enquanto fonte secundária e informativa, no intuito de identificar por seus nomes reais os dois analistas dos centros de informações aqui pesquisados.

3 Cadete na turma de 1962 da Academia das Agulhas Negras, ele fez curso no Centro de Estudos de Pessoal (CEP)¹² do exército em 1969, tornando-se instrutor. Posteriormente, foi um dos instrutores fundadores na Escola Nacional de Informações (ESNI) quando da sua fundação em 1972, atuando no Destacamento de Operação Interna (DOI) entre 1975 e 1981 (Godoy, 2024b).

4 A terminologia é proveniente da análise realizada por João Roberto Martins Filho (2002) que fala em duas fases da chamada ‘guerra’ da memória.

Ao longo desse período também foram publicados os livros ‘Hidra Vermelha’ (Azambuja, 1985), ‘Brasil Sempre’ (Giordani, 1986) e ‘Rompendo o Silêncio’ (Ustra, 1987). A publicação desses livros representou uma diferença em relação a postura inicial de silêncio e esquecimento adotada pelos militares naquele momento. Apesar disso, essas produções inserem-se no alinhamento dos militares do Cone Sul de fixar uma narrativa padrão centrada no combate à “subversão” e na periculosidade do “inimigo” para explicar as ditaduras, suas violências e perpetrções de direitos, numa tentativa de construir uma memória heroica e em defesa de “valores nacionais” (Brandão; Leite, 2012, p. 309). Limitando-se em reproduzir a versão do perigo comunista e seu avanço no país, elementos da Doutrina de Segurança Nacional e da doutrina francesa de Guerra Revolucionária, a reação representada por essas publicações mostrou-se ineficaz do ponto de vista histórico e argumentativo (Filho, 2002, p. 187-188).

No entanto, além de combater aqueles enquadrados como inimigos e chamados de “comunistas”, esses militares estavam escrevendo narrativas sobre a transição política a partir de suas posições ideológicas e institucionais, interpretando e descrevendo o momento da redemocratização como uma nova tentativa de tomada de poder. Com o tempo, o discurso que em sua origem estava ligado a um conflito político pela memória entre militares ligados dos serviços de informação e repressão, e as memórias de militantes e denúncias das violências da ditadura, vai se transformar, ou ao menos alimentar uma teoria conspiratória⁵ com muito impacto no embate político atual.

O livro A Hidra Vermelha

Focalizaremos nossa análise a partir de agora no livro ‘A Hidra Vermelha’ (Azambuja, 1985). Diferentemente dos outros livros de militares mencionados neste artigo, ele não foi publicado pela editora do exército ou qualquer outra editora comercial, possivelmente existindo poucas tiragens da edição de 1985. As poucas informações na ficha catalográfica (editora, autoria e ano) nos leva a hipótese de uma publicação independente, digamos assim, como nos indica o nome da editora: “Samizdat”, algo como “publicado por conta própria” em russo e que faz alusão à imprensa clandestina na União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS).

⁵ Teoria da conspiração é entendida como um tipo de narrativa explicativa que ignora e silencia a multiplicidade de agentes históricos (Byford, 2011). Desenvolveremos a conceituação adiante.

Sua autoria é atribuída a Carli I. S. Azam na capa e a Carlos Ilitch Santos Azambuja na ficha catalográfica, pseudônimo de um ex-membro colaborador do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA). As iniciais do nome inclusive coincidem com a sigla do antigo centro de informações e repressão, também fazendo uma menção a Lênin (Vladimir Ilich Ulianov) (Serrão, 2018).

Segundo Marcelo Godoy (2024a), Carlos Ilitch Santos Azambuja era o pseudônimo do agente secreto e ex-capitão da aeronáutica Antônio Pinto⁶, conhecido também pelo codinome Doutor Pirilo. Então, cronologicamente o primeiro livro de um militar a ser lançado trazendo uma narrativa e uma leitura da redemocratização como uma tentativa de tomada de poder. Com uma vida inseparável da comunidade de informações, seu livro é uma obra de um militar cuja convicção era de estar do “lado certo da história” e que defendia todos os métodos contra o chamado “terrorismo”, ainda que soubesse que muitos que haviam refutado a luta armada fossem enquadrados sob esse rótulo.

No Brasil, desde o século XX, questões como o “mal”, “inimigo” ou “indesejado” são associadas ao comunismo, através de uma banalização do rótulo de “comunista”, onde anarquistas, socialistas reformistas, trabalhistas, nacionalistas radicais, populistas de esquerda, a esquerda católica e mesmo alguns setores liberais são erroneamente ou estrategicamente assim rotulados, sobretudo por anticomunistas conservadores e reacionários, que criam desconfiança em torno de propostas tidas como reformadoras ou “progressistas” (Motta, 2000, p. 205). E é nesse sentido que boa parte da argumentação apresentada em ‘A Hidra Vermelha’ vai de encontro, desacreditando vias ditas pacíficas e reformistas, e no limite, a própria democracia liberal que ia sendo consolidada naquele meio dos anos 1980.

Os terroristas, assaltantes de bancos, de casa comerciais e até de residências, os sequestradores de autoridades e de aviões, portadores da verdade científica do marxismo-leninismo-trotskismo-pensamento de MAO TSETUNG e de HENVER HOXA, foram anistiados. Hoje, alguns, estão no Poder, em órgãos do Executivo, no Congresso e Casa Legislativas.

Uma minoria desses terroristas, apoiada por alguns políticos e por órgãos reconhecidamente infiltrados por comunistas, buscam promover o “julgamento” público daqueles que, constitucionalmente, os combateram, defendendo a Pátria. Nesse sentido, promovem atos

⁶ Antes do CISA, trabalhou na Base Aérea dos Afonsos, na Escola da Aeronáutica e no gabinete dos ministros Eduardo Gomes e Márcio de Souza e Mello. Em 1967, foi escolhido para fazer parte de um curso de contrainformações no Fort Gullick no canal do Panamá, que contava com aulas de interrogatório e contraguerrilha com um capitão estadunidense, veterano da guerra do Vietnã (Godoy, 2024a).

públicos de “denúncias dos torturadores”, na tentativa de derrotarem, hoje, por outros meios – ditos pacíficos – os que os derrotaram. A isso dá-se o nome de revanchismo.

Nenhuma alusão, no entanto, é feita, por ninguém, aos que perderam suas vidas em decorrência da luta armada que as esquerdas declararam ao regime. Seus nomes não são recordados; suas famílias não promovem passeatas; nada reclamam da Pátria e nada reivindicam ao Estado e a seus governantes, a não ser um mínimo de coerência.

Esses nomes não devem ser esquecidos: [...] (Azambuja, 1985, p. 355).

Em referência à temática do “revanchismo” e a preocupação com possíveis responsabilizações, o trecho acima é proveniente do 53º capítulo intitulado “TERRORISMO NUNCA MAIS” (Azambuja, 1985, p. 355), último capítulo antes de suas conclusões. Em uma explícita alusão e reação ao livro ‘Brasil: nunca mais’, o título do capítulo é possivelmente o primeiro uso em um livro desse jargão que posteriormente se transformará numa organização não governamental de civis e militares em 1998 (Santos, 2009, p. 47).

Do início ao fim, há um alinhamento do livro com as propostas do projeto sugerido por Romeu Ferreira na Apreciação s/nº de 27 de março de 1984, no tocante à reverência a “heróis” e “vítimas”, bem como em mostrar os “terroristas”, ou seja, toda oposição à ditadura militar, como delinquentes e clandestinos, dando exemplos “positivos e negativos” às novas gerações para engajá-las no combate ao “comunismo”. Na orelha do livro lê-se a seguinte mensagem:

Este livro é dedicado àquele punhado de companheiros que erradicaram o terrorismo, os sequestros, os assaltos e os assassinatos de cunho político do território pátrio. Aos companheiros que não transigem e que não se retraem no combate ao comunismo, que não corromperam suas convicções e àqueles que sacrificaram suas vidas e cujos familiares nada exigem da Pátria e de seus governantes (Azambuja, 1985).

A dedicatória se direciona num primeiro momento aos pares do autor, ou seja, militares e policiais agentes da repressão envolvidos na luta armada. Num segundo momento, ela se dirige a um público mais amplo e indeterminado, aos que “não transigem”, “não se retraem” e “não corromperam suas convicções” no combate ao comunismo, em outras palavras, àqueles que se mantêm engajados e convictos em seu anticomunismo. O propósito dessa dedicatória parece ser a de criar uma possível identificação com um leitor implícito contrário ao “comunismo”. Em meio à introdução esse direcionamento é enfatizado às “pessoas contrárias ao socialismo” que não experimentaram ou sofreram “na própria carne a sociedade imposta pelos comunistas”:

Em termos gerais as pessoas contrárias ao *socialismo*, no mundo ocidental, podem ser divididas em três grupos:

As procedentes de nações cativas, cujos países de origem estão sob a tirania comunista, e que, por isso, devem viver eternamente no exílio. Sabem muito bem o que significa o comunismo e têm, também, um conhecimento profundo dos métodos que utiliza;

Os residentes em países divididos, como a China, Coréia e Alemanha. Os que vivem nas partes livres desses países sabem que enquanto os comunistas permanecerem em qualquer parte de seus territórios, eles nunca estarão seguros. Qualquer tolerância, qualquer ideia de conversações que alguns pudessem alimentar, foi destruída por completo após a unificação e total comunização do Vietnam;

As que nunca sofreram nada e nem experimentaram na própria carne a sociedade imposta pelos comunistas. Nesse grupo, no qual está a maior parte dos países da Europa Ocidental, as Américas e grande parte da Ásia e África, é grande a disparidade de percepção do perigo comunista.

Esta publicação, baseada em uma pesquisa em livros, revistas e artigos de jornais, destina-se às pessoas deste último grupo (Azambuja, 1985, p. 14).

A publicação fundamentou-se em livros, revistas e artigos de jornais. Em parte, por autores alinhados à esquerda, com autores clássicos como Marx, Lenin, Trotsky, Stalin, Mao Tsé e Gramsci, ou seus comentadores; em parte por autores anticomunistas, em especial Jean-François Revel e Suzanne Labin, que inclusive possuem reproduções de seus livros no prefácio e em outras partes de *A Hidra Vermelha*. Todas as referências listadas na bibliografia do livro apenas indicam título e autor, sem demais informações.

A publicação fundamentou-se também em vieses, distorções, falsificações, atribuições de autorias e plágios, num exercício de autoafirmação de um mito político⁷ que entra em contradição com a própria pesquisa do autor, que diferentemente de seu discurso, revela uma pluralidade do campo político das esquerdas ao longo da história. Ao longo da obra, essas distorções são feitas principalmente através do recorte e citação direta, mas descontextualizada, de autores, em especial Gramsci, que possui uma maior frequência de citações e referências ao final do livro⁸.

Apesar de ao longo do livro o autor discorrer sobre diferentes marxismos, partidos, movimentos, governos e correntes no campo da esquerda, para ele “as

7 O mito político pode ser conceituado como um sistema de crença coerente e completo que não busca “nenhuma outra legitimidade que não a de sua simples afirmação, nenhuma outra lógica que não a de seu livre desenvolvimento” (Girardet, 1987, p. 11-12). Voltaremos a essa conceituação mais adiante.

8 Com referência a Gramsci, além de “Cadernos do Cárcere - Antonio Gramsci”, ao final são listadas as obras: “Eurocomunismo e Estado - Santiago Carrillo”, “A Democracia como Valor Universal - Carlos Nelson Coutinho”, “GRAMSCI - Carlos Nelson Coutinho”, “Gramsci e o Caminho para o Socialismo - Joseph V. Femia”, “GRAMSCI e o Bloco Histórico - Hugues Portelli”, “O Conceito de Hegemonia em Gramsci - Giuseppe Tamburrano”, “Eurocomunismo: uma apropriação indébita de GRAMSCI - Ernest Mandel”, “Prefácio de ‘Lendo GRAMSCI’” - Dominique Grisoni e Robert Maggiori”, “ANTONIO GRAMSCI - Laurana Lajolo”, “GRAMSCI, Filosofia, Política e Cultura - Francis Guibal (Azambuja, 1985, p. 375-376)

diferenças entre eles são, no entanto, apenas de ordem tática. Trata-se de uma briga entre comunistas, onde todos se dizem corretos” (Azambuja, 1985, p. 64), ou seja, suas diferenças partem das adaptações táticas de cada país e de uma briga de egos e vaidades.

No fundo, todos seriam “marxista-leninistas” e pela “inevitabilidade da LUTA ARMADA” (Azambuja, 1985, p. 370), em algum momento partiriam para uma tomada revolucionária e violenta do poder, um dos principais argumentos sustentados ao longo do livro, também utilizado para desacreditar possibilidades de pacifismo, reformismo ou vias democráticas para o socialismo, temas debatidos pelos movimentos de esquerda daqueles anos.

Tenta-se até conciliar o pensamento de MARX com a tradição liberal democrática, através do desenvolvimento de uma *terceira via*, batizada de *eurocomunismo*, que se posicione, equidistante, entre o socialismo e o comunismo.

Uma *terceira via* nem tão branda que possa ser tachada pejorativamente de *reformista* e nem tão radical que pareça ser *esquerdista*.

Nessa tentativa envolvem-se e comprometem-se socialistas, comunistas e liberais (Azambuja, 1985, p. 12).

Nessa perspectiva que simplesmente identifica as diferentes correntes de marxismos, socialismos e movimentos de esquerda com o marxismo-leninismo, confundido como uma mesma coisa, no caso uma estratégia de dominação mundial, as vias pacíficas seriam apenas mais uma das diversas formas ou estágios de luta que não excluiriam a luta armada, apontada como elemento essencial da revolução. Segundo Antônio Pinto:

Isso, no entanto, somente, poderá ser alcançado, segundo a própria ciência do marxismo-leninismo, deixando de ser uma meta ilusória e utópica, se o movimento dirigido pelos partidos mudar a natureza de classe da sociedade e do Poder, isto é, se fizer uma revolução, seja qual for a via utilizada (Azambuja, 1985, p. 271-272).

Essa perspectiva estava alinhada à doutrina de Guerra Revolucionária, elaborada por militares franceses no contexto da Guerra da Indochina e da Guerra de Independência Argelina em meados da década de 1950 enquanto uma teoria de guerra contrarrevolucionária para manter domínios coloniais e impedir os processos de independência emergentes. Apropriada e adaptada para a realidade sul-americana, inicialmente por militares argentinos e brasileiros, ela vai fundamentar o desenvolvimento de sistemas informacionais unificados e a repressão política. A partir da indistinção entre meios militares e não militares,

da mescla de política, ideologia e operações bélicas, e da ideia de um inimigo interno maleável a ser combatido, havia implicitamente à doutrina “um projeto de intervenção militar na sociedade” (Filho, 2008, p. 41).

A Guerra Revolucionária, que formou e doutrinou militares como Romeu Ferreira e Antônio Pinto, era concebida como processo prolongado dividido em cinco etapas: a preparação para a conquista da população; a constituição de redes de organizações subversivas; a constituição de grupos armados e o início de ações de menor escala; o estabelecimento de zonas liberadas e de um exército revolucionário; a ofensiva e conquista final do poder. A “subversão” ou “guerra psicológica” corresponderia então ao estágio pré-revolucionário cujos objetivos seriam minar a moral do adversário e preparar a população para a luta armada (Filho, 2008, p. 42-45).

A Guerra Revolucionária era em princípio ideológica e a luta psicológica era concebida como uma luta prolongada, ação “essencial e permanente” segundo manuais da Guerra Revolucionária (Estado-Maior das Forças Armadas, 1959, p. 48). Por sua vez, segundo o mesmo manual,

o regime democrático característico do mundo livre, e tão prezado por todos nós, não favorece – pelo abuso de liberdades que, via de regra, propicia ao adversário – nem a parada preventiva nem a resposta enérgica (Estado-Maior das Forças Armadas, 1959, p. 40)

Para tal doutrina, o problema estaria no “abuso” de liberdade e na intervenção militar apenas a partir do “irrompimento da violência” (Estado-Maior das Forças Armadas, 1959, p. 40). Nessa concepção, “o fundamento da liberdade individual dos cidadãos deve ser concebido não como um fim em si, mas nos limites compatíveis com o ‘bem comum’ do Estado e, notadamente com sua defesa” (Estado-Maior das Forças Armadas, p. 23, 1959).

O próprio regime democrático e o fundamento da liberdade individual eram tidos como problemas para a defesa nacional. Talvez por isso as vias pacíficas e democráticas para o socialismo ou um regime político mais igualitário ou participativo são um dos focos e das preocupações reiteradas ao longo do livro, especialmente em capítulos dedicados à social-democracia, aos movimentos pacifistas, ao pensamento de Antonio Gramsci (conforme apropriado e imaginado pelo autor) e sua relação com o eurocomunismo, e na atuação e desconfiança do Partido Comunista Brasileiro (PCB), desacreditado em sua atuação não armada:

O surgimento de condições em que o proletariado, através de sua vanguarda - o Partido Comunista – seja capaz de impor à burguesia a transferência do poder político e econômico sem resistência e sem recurso à violência contra-revolucionária, como o Partido Comunista

Brasileiro insiste em fazer crer ser sua estratégia, é acreditado apenas pelos inocentes úteis, os companheiros de viagem, os oportunistas, os acomodados, os omissos e os desinformados (Azambuja, 1985, p. 84).

A questão democrática, pluralismo político e Gramsci

Segundo Carlos Nelson Coutinho⁹ (1998, p. 130-131), a falência da luta armada e o início na esquerda radical de uma reavaliação autocrítica de seus velhos modelos, o processo de abertura política e o relativo abrandamento da censura, propiciaram um maior pluralismo na vida cultural e uma renovação política no campo da esquerda, que ocorria em meio a uma difusão e circulação do pensamento de Gramsci no país e sua repercussão nos debates políticos e acadêmicos. A influência do eurocomunismo, o reconhecimento da “ocidentalidade” e a reavaliação da “questão democrática” tida como um “valor histórico-universal” causou impactos na cultura comunista e para muitos intelectuais representou a ruptura definitiva com o marxismo-leninismo. Apesar do PCB ter recusado à luta armada e assumido uma tática gradualista desde sempre, ele não se beneficiou com a crise do paradigma da luta armada pois sua estratégia era legitimada com argumentos inspirados em paradigmas “terceiro-internacionalistas”.

Os principais fomentadores, mas não os únicos, da difusão das ideias de Gramsci no Brasil foram intelectuais que foram ligados ao PCB e que nesse momento buscavam uma renovação que romperia com a “esclerose doutrinária do PCB, com os modelos da Terceira Internacional” (Coutinho, 1998, p. 131) para fazer do partido o principal representante dessa nova teoria do socialismo e polo de atração da nova esquerda. Desse embate entre os gramscianos “eurocomunistas” e a direção do PCB, os primeiros, acusados de serem uma suposta “direita” do partido, foram afastados dos poucos postos de direção que possuíam e com o tempo abandonaram em massa o partido (Coutinho, 1998, p. 132).

A influência do PCB com os movimentos sociais e intelectuais já vinha declinando, e desse embate com intelectuais gramscianos o partido foi o verdadeiro “derrotado”, pois o pensamento de Gramsci ganhava grande circulação, superando os círculos políticos e adentrando no pensamento social em geral,

⁹ Carlos Nelson Coutinho foi filósofo, ensaísta e tradutor, um dos mais destacados tradutores e difusores da obra de Antonio Gramsci no Brasil, possuindo mais de 50 obras de tradução, que também incluem autores como Lefebvre, Lukács, Sanchez Vasquez, Walter Benjamin, Agnes Heller. Esteve ligado ao Partido Comunista Brasileiro desde cedo e em 1976 partiu para o exílio passando por países como Itália, Portugal e França. Em dezembro de 1978, volta ao Brasil e, em 1982, afasta-se do Partido Comunista Brasileiro se filiando posteriormente nos anos 1980 ao Partido dos Trabalhadores (PT) e posteriormente nos anos 2000 ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do qual foi um de seus fundadores (Bezerra, 2021, p. 1-3).

através de conceitos como o de “sociedade civil” e “hegemonia” que se tornavam “moeda corrente” no pensamento político, apropriados também por círculos não marxistas. A esquerda passava a ser majoritariamente constituída por pessoas e movimentos sociais fora do PCB, principalmente após a fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980. A migração dos “gramscianos” egressos do PCB para diferentes correntes e partidos políticos colaborou para o aspecto opaco, amplo e polimórfico da circulação das ideias de Gramsci no Brasil (Coutinho, 1998, p. 133-135).

A difusão das ideias de Gramsci em meio a renovação e transformação da cultura política no começo da abertura política brasileira será interpretada aos olhos da comunidade de informação e da doutrina da guerra revolucionária como mais uma tática: “No fundo, no entanto, nada mudou. Trata-se da instrumentalização da cultura e do ensino para atingir o objetivo visado pelo marxismo: a submissão do homem mediante a submissão da inteligência” (Azambuja, 1985, p. 93).

Há os que dizem que o *hibridismo*, o *intervencionismo*, o *gradualismo*, nada têm a ver com o comunismo. Essa é uma boa tática, pois muitos dos antigos apelos do comunismo internacional foram tão vinculados ao regime soviético que não mais sensibilizam a clientela atual. *A tática é matar o santo, destruir a igreja, mas não apagar as esperanças dos milgres [sic] socialistas prometidos*. Renovar essas esperanças com moderna roupagem para conquistar o sofisticado mercado político atual, que é disputado pela II Internacional e afins (social-democratas, socialistas, trabalhistas, etc.) e pelo chamado *eurocomunismo* (esquemas híbridos, graduais, intervencionistas e para-democráticos), parece ser o objetivo atual.

O que é preciso ficar claro, todavia, é que as diferenças entre esses esquemas graduais – o *eurocomunismo* e o comunismo ortodoxo – não passam de uma controvérsia quanto à tática a ser aplicada, em cada país, num momento específico, para atingir um mesmo objetivo: a implantação do planejamento total, a destruição da iniciativa privada e substituição do capitalismo pelo *socialismo*. Trata-se de uma interpretação dos ensinamentos de MARX, entre facções, em que todas estão corretas (Azambuja, 1985, p. 230).

Ao longo do livro ‘Hidra Vermelha’, Antônio Pinto faz uma descrição e explicação das teorias e conceitos de Gramsci a partir do molde da teoria da guerra revolucionária. Situando-a como uma tática entre as fases de preparação para a tomada de poder, ora é apresentada como uma violenta e impositiva transformação de mentalidades (Azambuja, 1985, p. 92), ora como uma longa, prolongada e subliminar ação psicológica:

A transformação irá sendo realizada por um método comparável ao de uma transfusão de sangue. Os vasos sanguíneos do país continuarão sendo os mesmos, porém o fluido vital que anima todo o corpo será transformado progressivamente.

Assim, o país, ao despertar cada manhã, ao olhar-se no espelho, verificará que nada mudou em sua cada manhã, ao olhar-se no espelho,

verificará que nada mudou em sua fisionomia. *Sou o mesmo de ontem e de sempre*, pensará despreocupadamente. Entretanto, isso não é verdade, pois sob a pele, no interior de sua superestrutura formal, já se estará operando uma profunda metamorfose em sua vontade e em sua psicologia de corpo social.

Uma nova substância, habilmente preparada, estará lavando e irrigando, a cada instante, o cérebro nacional. Pouco a pouco suas reações irão passando por uma transformação, hoje em um aspecto e amanhã em outro. Primeiro nas questões mais simples e inocentes; depois em assuntos mais importantes. Sempre, no entanto, ganhando espaços e conquistando posições (Azambuja, 1985, p. 350-351).

O trecho acima faz parte do 52º capítulo do livro, intitulado “O PC NO PODER”. Nele, a partir de uma “especulativa obra de ficção política” (Azambuja, 1985, p. 352), conforme o autor disse que muitos a qualificariam, é feita uma descrição dessa transformação psicológica subliminar imaginada, que supostamente teria acontecido em Cuba, acontecia naquele momento na Nicarágua e muito em breve no Brasil. Isso porque apesar do clima pacífico, aberto e conciliador; para o autor, devido às “novas medidas democráticas”, o PCB estava livre para atuar legalmente no país e estaria fazendo uma ação psicológica que o levaria ao poder, através da criação de um consenso nacional e democrático contra o imperialismo (Azambuja, 1985, p. 351-353).

Importante notar que há toda uma construção retórica ao longo do livro a respeito da periculosidade, onipotência e presença de um inimigo imaginado a ser combatido, encarnado pelo Partido Comunista Brasileiro no trecho em questão. Na especulativa ficção política de Antônio Pinto, o que seria parte normal e legal do jogo político da democracia liberal burguesa, a criação de um consenso nacional e democrático, é narrado e descrito como uma tática de tomada de poder comunista.

Teoria da Conspiração e seus legados

Algumas das narrativas e argumentações do livro ‘Hidra Vermelha’ possuem características que as assemelham com uma teoria de conspiração. Esse tipo de narrativa explicativa ignora a multiplicidade de agentes históricos, conflitos e reduz tudo a um único enredo de conspiração que explica tudo e torna-se incontestável para quem nelas acreditam pois tudo passa a ser evidência da suposta teoria, mesmo suas contradições lógicas, evidências contrárias ou inexistência de provas (Byford, 2011, p. 32-36).

Fundada na ideia de uma ação dissimulada e maligna de indivíduos que agem para uma dominação subliminar e numa percepção maniqueísta quase

que religiosa, as teorias da conspiração é uma teoria sobre o poder que faz uma análise equivocada das relações de poder. Por vezes se apresenta como uma narrativa racional e científica utilizando argumentos aparentemente verdadeiros, mas não se sustenta frente a análise crítica de diferentes informações, explicações e hipóteses. O resultado disso é que elas ocultam pessoas e grupos realmente dominantes enquanto transformam outros em bode expiatório através de discursos de ódio (Castro, 2025).

No caso da narrativa de Antônio Pinto, há uma análise errônea das relações de poder que ignorava os conflitos e embates internos do próprio PCB que levariam ao fim da sua capilaridade política ao longo da década de 1980, bem como a multiplicidade de agentes históricos, grupos e classes em conflitos em meio a redemocratização. Há também a criação de bodes expiatórios ao longo do livro que além do PCB, são encarnados por exemplo pelas diferentes correntes da esquerda, intelectuais, organizações internacionais, movimentos pacifistas e movimentos sociais.

Esse tipo de narrativa faz uma gestão das paixões políticas, da afetividade política e sua reprodução, através da reprodução de mensagens influenciadoras de vínculos e repugnâncias, positivities e negatividades em relação a pessoas, objetos ou instituições (Ansart, 2019, p. 11). Por esse motivo, alguns autores preferem o termo “fantasias conspiratórias”, realçando assim a dimensão de encantamento e sensibilidade de tais narrativas (Demuru, 2024, p. 35).

As fantasias de conspiração podem ser identificadas como um tipo de mito ou mitologia política, conceituadas por Girardet (1987, p. 12-20) como conjuntos estruturais de uma constante especificidade simbólica agregadas em torno de um núcleo central, no caso, o mito do complô. Elas são fabulações, deformações e interpretações que contradizem as regras do raciocínio lógico e alteram os dados da observação experimental; cumprem uma função explicativa fornecendo chaves para a compreensão do presente e do passado, ordenando fatos e acontecimentos; por fim, são um apelo ao movimento, à ação e mobilização.

Esse apelo à ação está presente ao longo do livro ‘Hidra Vermelha’. Ao final obra, em meio a suas conclusões, seu autor fazia um diagnóstico da situação em 1985 e uma conclamação à coesão e mobilização dos “não-comunistas”:

Dada a natureza e objetivos desse inimigo que, no Brasil, na *etapa atual*, luta para “ultrapassar” o regime, torna-se necessário que a luta contra o marxismo-leninismo seja total e complexa: política, ideológica, econômica, social, cultural e, por último, quando se fizer necessário, luta armada. Cada uma dessas formas de luta poderá assumir um papel mais importante que as outras em uma conjuntura dada. Todas, porém,

convergem para um ponto comum: o político-ideológico. Em outras palavras, a *luta contra o comunismo deve ser uma luta contra o partido e sua ideologia, simultaneamente*, e não contra pessoas isoladas.

Esse conceito totalizador, de legítima defesa do modo de vida dos regimes não-comunistas, englobando todas as formas de luta, é obstado por um bloqueio psicológico, uma concepção limitadora, hoje bastante difundida no mundo ocidental: a de só considerar a luta comunista se predominantemente armada, quando, já em uma etapa avançada, passa a utilizar ações violentas e graves ameaças, isto é, quando as condições políticas para essa luta já estão criadas.

Existe uma perigosa ilusão, que consiste em distinguir nos comunistas *formas de lutas* melhores ou piores, mais agressivas ou mais pacíficas. Se uma forma de luta nos parece, momentaneamente mais suave e menos agressiva, é porque a tática, após a *análise objetiva da realidade concreta*, assim o exigiu. É sempre, porém, uma FORMA DE LUTA, e qualquer FORMA DE LUTA é considerada revolucionária.

Os que assim não entendem desconhecem o que seja O PARTIDO – “*uma organização de revolucionários profissionais*” –, imaginam que somente o combate à utilização da forma de LUTA ARMADA seja o bastante para manter a paz social.

Tal concepção, calcada em opiniões pessoais, despreza perigosamente os fatores políticos e ideológicos da atividade comunista, desarma os espíritos, semeia falsas ilusões e abre espaços à penetração da doutrina marxista-leninista em todos os setores, como, aliás, vem ocorrendo, pondo em risco o regime democrático, a Federação e o Estado de Direito, ou seja, a Segurança Nacional.

A guerra ideológica que nos foi declarada pelo marxismo-leninismo exige dos não-comunistas, como condição primeira, a opção por uma posição clara e definida, sem tergiversações, e a responsabilidade primária de conhecer suas estratégias e táticas, a fim de que possamos combatê-lo e derrotá-lo na *forma de luta* que escolher (Azambuja, 1985, p. 373-374).

Antônio Pinto continuava nos livros sua luta contra o comunismo, uma vez que considerava toda forma de luta revolucionária e igualmente importante pois todas as formas convergiam para um ponto político-ideológico. Lembrando da proposta de intervenção militar subjacente à Doutrina da Guerra Revolucionária, para ele de certa forma essa luta não tinha um fim, sendo “essencial e permanente” (Estado-Maior das Forças Armadas, 1959, p. 48).

Segundo sua percepção, seria um erro diferenciar as formas de lutas em melhores ou piores, agressivas ou pacíficas e a luta contra o “marxismo-leninismo” deveria ser total e complexa pois em sua “etapa atual” ele estaria a “ultrapassar o regime” e posteriormente em uma “etapa avançada” daria lugar “ações violentas e graves ameaças” quando as condições para uma imaginada luta armada estivessem enfim consolidadas. Nesse sentido, a redemocratização representaria um perigo para a Segurança Nacional e uma nova tentativa de tomada de poder estaria em curso agora com partidos comunistas atuando livre e legalmente.

Apesar de possivelmente ter tido poucas tiragens e de sua narrativa muitas vezes fantasiosa e equivocada, o livro ‘Hidra Vermelha’ consta como referência bibliográfica para os livros ‘Rompendo o Silêncio’ (Ustra, 1987), ‘A revolução gramscista no ocidente’ (Coutinho, 2002) e ‘A Verdade Sufocada’ (Ustra, 2007). Ele parece ecoar nas conclusões do documento ‘As tentativas de tomada do poder’ (Maciel; Nascimento, 2012, p. 367), fruto do projeto ‘Orvil’ mencionado no começo do artigo. Além de disputar o passado, o documento alertava para o que seria uma quarta tentativa de tomada do poder que estaria acontecendo naquele momento a partir da redemocratização:

Vencidas na forma de luta que escolheram – a luta armada – as organizações da esquerda revolucionária têm buscado transformar a derrota militar que lhes foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política. [...] A partir desse momento, reiniciaram a luta para a tomada do poder, mudando de estratégia - a prioridade agora seria dada ao trabalho de massa. [...] Objetiva, particularmente, conquistar a população, sobretudo fazendo com que perca a fé nos governantes, no regime e nas instituições, dominar, especialmente por meio da infiltração, as estruturas governamentais; e educar, organizar e orientar os diversos segmentos sociais para a revolução (Maciel; Nascimento, 2012, p. 367).

E, é impossível não ver uma semelhança e possível influência também no livro ‘A nova era e a revolução cultural’ de Olavo de Carvalho¹⁰. Nele, Carvalho (1994, p. 49) descreve o “gramscismo” como uma “estratégia de ação psicológica” na constituição de um “senso comum” comunista que levaria ao abandono de “valores e princípios milenares”. Seria a mais refinada estratégia “esquerdista”:

O número de adeptos conscientes e declarados do gramscismo é pequeno, mas isto não impede que ele seja dominante. O gramscismo não é um partido político, que necessite de militantes inscritos e eleitores fiéis. É um conjunto de atitudes mentais, que pode estar presente em quem jamais ouviu falar de Antonio Gramsci, e que coloca o indivíduo numa posição tal perante o mundo que ele passa a colaborar com a estratégia gramsciana mesmo sem ter disto a menor consciência. Ninguém entenderá o gramscismo se não perceber que o seu nível de atuação é muito mais profundo que o de qualquer estratégia esquerdista concorrente. (Carvalho, 1994, p. 49)

Alguns anos mais tarde, Sergio Coutinho¹¹ publicaria seu livro ‘A revolução gramscista no ocidente’, que teria como referências bibliográficas o livro de Carvalho

10 Olavo de Carvalho tornou-se influente dentro do governo Bolsonaro, considerado um conselheiro e inclusive indicou nomes para ocupar cargos estratégicos, como os ex-ministros da educação Ricardo Velez, Abraham Weintraub, o ex-ministro das relações exteriores Ernesto Araújo, dentre outros (Silva, Sugamoto, Irigaray, 2021, p. 199).

11 Ex-general de brigada, chegou a comandar o Centro de Informações do Exército na década de 1980 e foi um dos primeiros militares a difundir textos que abordavam a suposta influência de Gramsci na estratégia das esquerdas no Brasil. Tornou-se uma espécie de “guru” da direita, militando contra o “marxismo cultural” (Godoy, Estadão Conteúdo, 2019)

e de Antônio Pinto. Concluía que a redemocratização, o multipartidarismo, pluralidade das esquerdas e organizações não governamentais seriam estratégias gramscistas para tomada de poder (Coutinho, 2002, p. 122-124):

A partir da década de 1980, a revolução comunista no Brasil ganhou uma nova vertente inspirada na concepção gramsciana de transição para o socialismo. Esta linha convive com o pensamento e a prática política marxista-leninista de alguns partidos, somando esforços numa assumida postura tática de “pluralismo das esquerdas”. O surpreendente êxito já alcançado no que diz respeito à penetração intelectual e moral na sociedade é significativo e começa a indicar que está chegando a um estágio que se poderá dizer irreversível. No momento crítico da tentativa da tomada de poder (passagem da “guerra de posição” para a “guerra de movimento”), poderão faltar a vontade nacional e os meios concretos para impedi-la. (Coutinho, 2002, p. 124)

Naquele mesmo ano, Olavo de Carvalho publicava um artigo no jornal ‘O Globo’ que repetia a narrativa de uma suposta “revolução gramscista” em curso. A novidade era a utilização de uma nova expressão ‘marxismo cultural’, para descrever a conspiração:

Em poucas décadas, o marxismo cultural tornou-se a influência predominante nas universidades, na mídia, no show business e nos meios editoriais do Ocidente. Seus dogmas macabros, vindo sem o rótulo de “marxismo”, são imbecilmente aceitos como valores culturais supra-ideológicos pelas classes empresariais e eclesiásticas cuja destruição é o seu único e incontornável objetivo. Dificilmente se encontrará hoje um romance, um filme, uma peça de teatro, um livro didático onde as crenças do marxismo cultural, no mais das vezes não reconhecidas como tais, não estejam presentes com toda a virulência do seu conteúdo calunioso e perverso. (Carvalho, 2002, p. ?¹²)

O que nasce de um conflito pela memória entre opositores da ditadura militar e militares ligados à repressão política vai se transformar em uma percepção e narrativa conspiratória sobre a redemocratização brasileira. Inicialmente pouco influente, esse discurso vai ser difundido e instrumentalizado para diferentes propósitos.

Essa leitura fantasiosa, conspiratória e ressentida da Nova República enquanto uma vitória do “marxismo cultural” tal como formulada e difundida por “gurus” como Olavo de Carvalho e Sérgio Coutinho foi cristalizada pela bibliografia analisada e mencionada ao longo deste artigo. Ela vai ser disseminada pelo bolsonarismo e se transformará num discurso influente no embate político atual, sobretudo após a proliferação das redes sociais e das *Big Techs*, influenciando as últimas eleições presidenciais, o extremismo e as tentativas de golpe de estado no Brasil.

12 A citação não tem página pois é proveniente do repositório digital do autor mencionado, que transcreveu o texto de suas publicações de jornais como “O Globo”.

O negacionismo bolsonarista converteu-se em uma governamentalidade que gera efeitos de subjetivação que transcendem o simples exercício do poder soberano, numa articulação de governo de si e governo dos outros e em processos sempre atualizáveis de identidade: “atuam como catalisadores de um sistemático espectro de técnicas, racionalidades e dispositivos que alimentam as crenças e expectativas de um grande número de pessoas dispostas a reforçarem tais enunciados” (Avelar, 2025). Para Joffily, Faria e Franco ele é um fenômeno novo na história da tradição política brasileira por reivindicar de forma aberta, explícita e reiterada o “uso da tortura e do assassinato de opositores, algo que nem os generais presidentes, nem os agentes repressivos da ditadura nunca fizeram” (Joffily, Faria, Franco, 2023).

Considerações finais

A análise desenvolvida neste artigo buscou demonstrar que a interpretação militar da redemocratização brasileira, tal como expressa no livro ‘Hidra Vermelha’ e em documentos do Centro de Informações do Exército, estava profundamente marcada pela lógica da Doutrina de Segurança Nacional e da Guerra Revolucionária, identificando a transição política como uma nova fase de um conflito permanente, no qual o comunismo, supostamente derrotado na luta armada, teria passado a atuar de maneira subliminar por meios políticos, culturais e psicológicos. Essa leitura reduz a complexidade do processo histórico da redemocratização, ignora a pluralidade das esquerdas, desconsidera os conflitos internos aos próprios partidos comunistas e transforma práticas normais do jogo democrático — como a organização partidária, a atuação de movimentos sociais e a disputa por hegemonia cultural — em evidências de uma conspiração em curso. Trata-se, portanto, de uma narrativa que apresenta características típicas das teorias da conspiração ou fantasias conspiratórias, funcionando como uma mitologia política que oferece explicações totalizantes, cria bodes expiatórios e convoca à mobilização permanente contra um inimigo imaginado.

Ao analisar ‘Hidra Vermelha’, obra pouco explorada pela historiografia, o artigo evidenciou como essa narrativa foi formulada ainda no início da Nova República e como ela influenciou produções posteriores, tanto no interior das Forças Armadas quanto em círculos civis anticomunistas. A apropriação seletiva e distorcida do pensamento de Gramsci, a desconfiança em relação à democracia

liberal e a noção de uma “revolução cultural” em curso revelam a persistência de uma visão autoritária que concebe a política democrática como ameaça à segurança nacional.

Os legados dessa leitura conspiratória extrapolam o contexto imediato da redemocratização. Reatualizadas e ressignificadas, essas narrativas reaparecem no debate público recente sob a forma do discurso do “marxismo cultural” e do negacionismo da ditadura, desempenhando papel relevante na polarização política contemporânea.

Referências bibliográficas

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Tradução Jacy Seixas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil nunca mais**. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber; VALIM, Patrícia. Apresentação do dossiê negacionismo, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 13-36, maio-ago. 2021.

AVELAR, Alexandre de Sá. Negação da ditadura e governamentalidade negacionista no Brasil contemporâneo. **Varia Historia**, vol. 41, 2025.

AZAMBUJA, Carlos Illitch Santos. **A hidra vermelha**. Rio de Janeiro: Editora Samizdat, 1985.

BEZERRA, Cristina Simões. A atualidade de Gramsci no Brasil e a contribuição do pensamento Carlos Nelson Coutinho. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n.1, p. 89-96, jan. / jun. 2021.

BRANDÃO, Priscila Carlos; LEITE, Isabel Cristina. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, jul. 2012.

BYFORD, Jovan. **Conspiracy Theories: a critical introduction**. London: Palgrave Macmillan, 2011.

CARVALHO, Olavo Luiz Pimentel de. **A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra e Antônio Gramsci**. 3ª Edição. São Paulo: Instituto de Artes Liberais & Stella Caymmi Editora, 1994.

CARVALHO, Olavo Luiz Pimentel de. Do marxismo cultural. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 jun. 2002. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/do-marxismo-cultural/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. Teorias da Conspiração: conceito, história e as suas associações com as fake News (Artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. 22 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/fake-news-teorias-da-conspiracao-dicursos-de-odio/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CENTRO de Informações do Exército. **Apreciação S/N-A1**. 27 de março de 1984. In: BRANDÃO, Priscila Carlos; LEITE, Isabel Cristina. Nunca foram heróis!

A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL. Anos 90, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, jul. 2012.

CENTRO de Informações do Exército. **As tentativas de tomada do poder**. 1987. In: MACIEL, Lício Augusto Ribeiro; NASCIMENTO, José Conegundes do (org.). Orvil: tentativas de tomada do poder no Brasil. Salto, SP: Schoba, 2012. 1 e-book.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci no Brasil: recepção e usos. In: **História do marxismo no Brasil** v.3 Teorias. Interpretações. João Quartim de Moraes (org.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

COUTINHO, Sérgio Augusto de Avellar. **A revolução gramscista no ocidente**: a concepção revolucionária de Antônio Gramsci em os Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Estandarte Editora E.C. Ltda, 2002.

DEMURU, Paolo. **Políticas do encanto**: extrema direita e fantasias de conspiração. São Paulo: Elefante, 2024.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. **Introdução ao estudo da guerra revolucionária**, conferência de Augusto Fragoso. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1959.

FILHO, João Roberto Martins. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **VARIA HISTORIA**, São Carlos, n° 28, p. 178-201, dezembro/2002.

FILHO, João Roberto Martins. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Vol. 23 n° 67, p. 39-50, junho/2008.

GABEIRA, Fernando. **O Que é Isso Companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GIORDANI, Marco Pollo. **Brasil Sempre**. Porto Alegre: Tchê, 1986.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GODOY, Marcelo. Para ‘guru’, Bolsonaro fazia o ‘jogo’ da esquerda. **O Estado de São Paulo**, Conteúdo Estadão, São Paulo, 24 fev. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/para-guru-bolsonaro-fazia-jogo-da-esquerda/>. Acesso em: 28 mai. 2025.

GODOY, Marcelo. O papel secreto da inteligência militar: ‘Que sejam punidos os arrancadores de unhas’. **O Estado de São Paulo**, Conteúdo Estadão, São Paulo, 29 mar. 2024. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/o-documento-secreto-da-fab-que-sejam-punidos-os-arrancadores-de-unhas/?srs_tid=AfmBOooeDvHdtUdoVAJU6K_IOSJnr99t7Zl-HTcORJJlYox6I6UYpUu. Acesso em: 28 mai. 2025.

GODOY, Marcelo. A história do coronel que impediu atentado terrorista ajuda a decifrar o serviço secreto do Exército. **O Estado de São Paulo**, Conteúdo Estadão, São Paulo, 23 set. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/marcelo-godoy/a-historia-do-coronel-que-impediu-atentado-terrorista-ajuda-a-decifrar-o-servico-secreto-do-exercito/>. Acesso em: 28 mai. 2025.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

JOFFILY, Mariana; RAMALHO, Walderez. Distorcionismo: uma nova categoria de análise para o campo de batalha da história no século XXI. **Tempo**, Niterói Vol. 30 n. 1 2024.

JOFFILY, Mariana; FARIA, Daniel Barbosa Andrade de; Franco, Paula. A tortura reivindicada: como o bolsonarismo reencena o passado ditatorial em chave atualista. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, e2031, p. 1-28, 2023.

MENESES, Sônia. Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 42, n.º 87, pp. 61-87, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo, 2000. 368 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, set./dez. 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. **Extrema Direita, volver!:** Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e a reserva militar. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, 2009.

SERRÃO, Jorge. **Carlos Ilich Santos Azambuja – A Hidra Vermelha**. Defesanet, 27 mai. 2018. Disponível em: < <https://www.defesanet.com.br/pensamento/carlos-ilich-santos-azambuja-a-hidra-vermelha/> > Acesso em: 30 jun. 2025.

SILVA, Wellington T.; SUGAMOSTO, A.; IRIGARAY A., U. O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. **Revista Cultura & Religião**, v.15, n.1, p. 180-222, janeiro/junho 2021.

SYRKIS, Alfredo. **Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida**. São Paulo: Global, 1981.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Rompendo o silêncio**. Editerra Editorial, 1987.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A Verdade Sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. 6ª Edição. Brasília: Editora Ser, 2007.